



GT – 05: Crise e crítica: a urbanização contemporânea e os limites da reprodução social

APONTAMENTOS SOBRE A REPRODUÇÃO E ESPACIALIZAÇÃO DA FOME NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Autor: José Raimundo Sousa Ribeiro Junior

Filiação institucional: Universidade Federal do ABC (UFABC)

E-mail: jose.raimundo@ufabc.edu.br

RESUMO: O presente texto apresenta um conjunto de apontamentos que buscam subsidiar uma interpretação da reprodução social da fome no Brasil contemporâneo. Para isso, é feito uso de pesquisas (ou inquéritos) sobre a situação alimentar em escala nacional e internacional, que nos permitem reconhecer alguns elementos da reprodução e espacialização da fome. O texto procura explicitar como a evolução da fome no Brasil durante o século XXI remete simultaneamente a relações e processos conjunturais e estruturais. Em seguida, é realizada uma caracterização da espacialização desse fenômeno, conferindo destaque para o fato de que mais de 80% das pessoas em situação de fome no país residem em áreas urbanas. Em um terceiro momento, busca-se demonstrar como as situações de fome e risco de fome estão diretamente relacionadas às desigualdades internas à classe trabalhadora, claramente atravessada pelas questões de raça e gênero.

Palavras-chave: reprodução da fome; urbanização da fome; marcadores sociais da fome.

1. INTRODUÇÃO

A fome apresenta-se como um dos limites mais evidentes à reprodução social dos trabalhadores nas cidades contemporâneas. Separados dos meios de produção e subsistência e submetidos à troca mercantil, eles são obrigados a encontrar emprego para sua força de trabalho como forma de obter os recursos monetários necessários à sua sobrevivência. Todavia, não há qualquer garantia para o trabalhador de que ele conseguirá fazê-lo, nem tampouco de que o emprego de sua força de trabalho se traduza em uma remuneração suficiente para a satisfação de suas necessidades. Neste sentido, Damiani (2008, p. 280) afirma que sociedades periféricas

como a brasileira desde cedo explicitaram “a impossibilidade da absorção produtiva do trabalho potencial; não estando aquém do moderno sistema produtivo, mas anunciando sua própria natureza crítica: a sobrevivência instaurada no lugar da vida.”

Historicamente, o fenômeno da fome tem sido definido e interpretado de formas diversas. Na virada para o século XIX, ou seja, no contexto da primeira Revolução Industrial (momento de intensa urbanização), Thomas Malthus elaborou uma das mais conhecidas explicações para a existência da fome. De acordo com o economista britânico, a privação de alimentos era o resultado de uma lei natural, segundo a qual a produção de alimentos não seria capaz de acompanhar o crescimento populacional. Ainda que esse determinismo demográfico tenha se mostrado claramente infundado, há quem, ainda hoje, justifique a existência da fome apelando ao mito da escassez de alimentos (neomalthusianismo).

Durante o século XIX e início do século XX, período marcado pela expansão do capitalismo por meio da industrialização e do neocolonialismo, outras interpretações também ganharam força. Neste contexto, as condições climáticas (em especial as secas) e as diferenças raciais, foram apontadas como responsáveis pela existência da fome. Assim, por meio do determinismo climático ou racial, a fome seguia sendo interpretada como um fenômeno eminentemente natural.

Após a II Guerra Mundial, consolidou-se a interpretação da fome como um problema de ordem técnica. Essa compreensão também sugeria que a fome era resultado da escassez de alimentos, mas defendia que ela poderia ser erradicada por meio do emprego de novas tecnologias na agricultura. Em outras palavras, ela advogava a adoção de um modelo agroindustrial (Revolução Verde) que prometia acabar com a fome por meio do aumento da produção e produtividade agrícola. No momento atual, em que não faltam evidências de que a produção de alimentos é mais do que suficiente para alimentar toda a população mundial, prevalecem as representações da fome como uma anomalia, ou seja, como o produto de falhas ou circunstâncias extraordinárias (conflitos armados, eventos climáticos e mais recentemente a pandemia do Covid-19) que, ao impedir o correto funcionamento do mercado, seriam responsáveis por sua existência.

Apesar das diferenças entre si, essas explicações guardam algo em comum: elas ocultam as relações sociais que produzem a fome e, neste sentido, atuam direta ou indiretamente em defesa da ordem social existente. São, por isso, ideológicas.

Com o objetivo de problematizar essas explicações e outras falsas representações do fenômeno da fome, o presente texto apresenta um conjunto de apontamentos que buscam explicitar a reprodução social da fome no Brasil contemporâneo. Para isso, faço uso de pesquisas (ou inquéritos) sobre a situação alimentar, que nos permitem reconhecer alguns elementos da produção e espacialização da fome.

2. A EVOLUÇÃO DA FOME NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

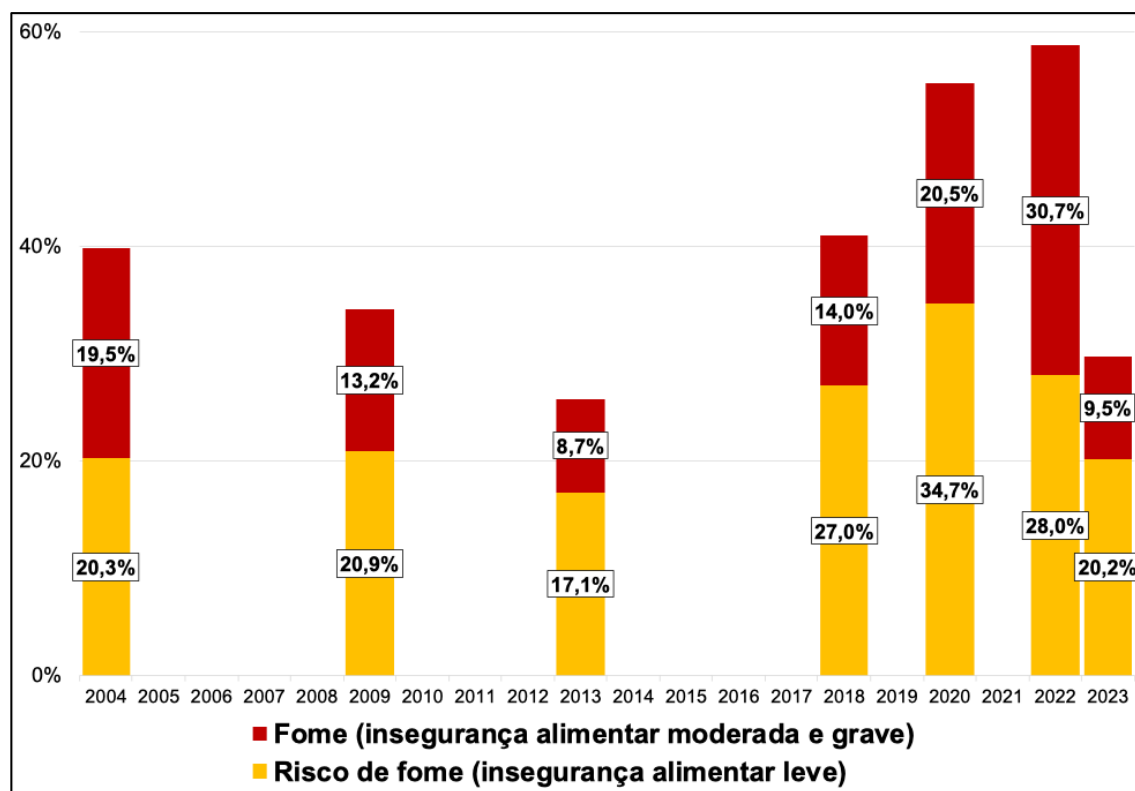
Desde o início dos anos 1990, a utilização de escalas de fome permitiu uma melhor compreensão da produção e distribuição deste fenômeno nas escalas nacional e internacional¹. Em contraposição às definições clínicas ou médicas, que tendem a subdimensionar e até mesmo invisibilizar esse problema, essas escalas partem de uma definição socialmente reconhecida de fome, ou seja, de como as pessoas experienciam a privação de alimentos em seus domicílios. Assim, conseguem identificar a presença de experiências de risco de fome (preocupação de que os alimentos acabassem antes de poder comprar ou receber mais comida; ficar sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada) e de fome (comer menos do que achou que devia; pular refeição; sentir fome, mas não comer; fazer apenas uma refeição ao dia ou ficar um dia inteiro sem comer) nos domicílios².

Desde 2004, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) vem utilizando uma escala similar para coletar dados sobre a fome e o risco de fome no Brasil. Além disso, em 2020 e 2022, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN, 2022) utilizou essa metodologia para acompanhar o crescimento da fome e do risco de fome durante a pandemia da Covid-19. Com os dados produzidos por essas pesquisas podemos acompanhar a evolução da fome no país desde o início do século XX (Gráfico 1).

¹ Originalmente denominadas de “escalas de fome” (RADIMER et al., 1992; WEHLER et al., 1992), quando adotadas por Estados e Organizações Internacionais elas foram denominadas como “escalas de insegurança alimentar”. Sobre esse processo ver: RIBEIRO JUNIOR, 2021.

² Neste texto substituímos os termos “insegurança alimentar leve” por “risco de fome” e insegurança alimentar moderada e grave por “fome”. Sobre essa substituição ver: RIBEIRO JUNIOR et al, 2021.

Gráfico 1. Pessoas (%) em situação de risco de fome e fome no Brasil (2004-2023)



Fontes: IBGE (2024) e PENSSAN (2022). Elaborado pelo autor.

O gráfico acima explicita que entre 2004 e 2013 houve uma redução na proporção de domicílios em situação de fome no país, tendência que se reverteu a partir de então e se agravou profundamente durante a pandemia. Cabe destacar que, no entanto, que nem mesmo no momento em que se tornou comum afirmar que o Brasil “saiu do mapa da fome”, este fenômeno havia sido erradicado no país³. A redução na proporção de domicílios em situação de fome entre 2004 e 2013 foi significativa (de 19,5% para 8,7%), mas nossa sociedade ainda estava longe de ter superado esse problema. Ao mesmo tempo, em 2013 outros 17,1% dos domicílios estavam em risco de fome, o que indicava que a supressão da fome e do risco de fome exigiria transformações mais significativas da realidade social brasileira.

³ A saída do mapa da fome refere-se ao momento em que a FAO retirou o Brasil da lista de países em que mais de 5% da população sofria com a desnutrição crônica. Trata-se, portanto, de uma definição e medida muito mais restritiva para o fenômeno.

No entanto, o agravamento da crise econômica e política nacional a partir de 2013 e a emergência de projeto ultraliberal e autoritário, traduziram-se rapidamente na degradação das condições de vida da maior parte dos brasileiros. No caso específico da alimentação, nota-se que entre 2013 e 2018 houve um aumento expressivo da proporção de domicílios em situação de risco de fome (de 17,1% para 27,0%) e fome (de 8,7% para 14,0%). Essa situação agravou-se ainda mais durante a pandemia de Covid-19, fazendo com que no início de 2022, 28% da população brasileira não tivesse certeza de que suas reservas alimentares seriam suficientes até que pudessem adquirir mais alimentos e 30,7% já experenciassem a privação de alimentos em seus domicílios. Passado o período mais intenso da crise provocada pela pandemia e com a mudança do projeto político e econômico que guia as ações do governo federal os níveis de fome e risco de fome retrocederam em 2023 chegando a 9,5% e 20,2% respectivamente.

O conjunto de dados expostos acima indicam que a compreensão da reprodução da fome exige a consideração simultânea de elementos estruturais e conjunturais. Se é verdade que a recente alternância de projetos políticos à frente do governo federal esteve diretamente relacionada ao aumento ou diminuição da fome, ao mesmo tempo é necessário reconhecer que os dados indicam que esse fenômeno nunca deixou de fazer parte da realidade brasileira (e mundial). A magnitude dos dados apresentados impede que a fome seja entendida como algo transitório e circunscrito, cujas existência estaria ligada primordialmente a falhas ou eventos extraordinários (tais como guerras ou pandemias) que impediriam o correto funcionamento da economia de mercado. Neste sentido, o quadro apresentado nos obriga a desvendar a extensa e contínua produção social da fome e a destacar que historicamente ela se constituiu como um elemento estruturante de nossa sociedade, sendo produto e reprodutora das relações sociais capitalistas de produção.

3. A ESPACIALIZAÇÃO DESIGUAL DA FOME

Dados coletados pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), indicavam que, entre 2021 e 2023, quase um terço da população mundial estava em situação de fome. Além disso, apontavam para a distribuição desigual deste fenômeno no espaço mundial, pois aproximadamente 96% das **2,3 bilhões pessoas em situação de fome**

viviam na África, América Latina e Caribe, Oceania e na Ásia, onde a proporção de pessoas nessa situação era muito superior aquela verificada na Oceania, e na América do Norte e Europa (Tabela 1).

Tabela 1. Pessoas em situação de fome (2021-2023)

	Pessoas em situação de fome (insegurança alimentar moderada e grave)	
	milhões	%
1. África	823,9	57,7%
2. América Latina e Caribe	206,6	31,3%
3. Oceania	11,2	25,0%
4. Ásia	1.177,6	24,9%
5. América do Norte	34,0	9,0%
6. Europa	58,3	7,8%
Mundo	2.311,7	29,0%

Fonte: FAO (2024). Elaborado pelo autor.

Assim como na escala internacional, também se verifica uma complexa espacialização da fome no território brasileiro (Tabela 2). Se as regiões Norte e Nordeste apresentam os maiores índices de pessoas em situação de fome no país (17,4% e 14,6% respectivamente), em termos absolutos a região Sudeste é aquela que apresenta o segundo maior número de pessoas nessa situação (6,0 milhões). Cabe destacar ainda, que dentre as unidades da federação, São Paulo é aquela que apresentava o maior número de pessoas em situação de fome (3,2 milhões), à frente da Bahia (2,3 milhões) e do Pará (1,9 milhões).

Tabela 2. Pessoas em situação de risco de fome e fome por grandes regiões – Brasil (2023)

	Risco de fome (insegurança alimentar leve)		Fome (insegurança alimentar moderada e grave)	
	milhões	%	milhões	%
Norte	4,9	25,7%	3,3	17,4%
Nordeste	15,2	26,1%	8,5	14,6%
Sudeste	16,4	18,0%	6,0	6,6%
Sul	4,0	13,1%	1,4	4,7%
Centro-Oeste	3,1	18,0%	1,3	7,6%
Brasil	43,6	20,2%	20,6	9,5%

Fonte: IBGE (2024). Elaborado pelo autor.

Outro elemento que caracteriza a complexa espacialização da fome remete à manifestação deste fenômeno em áreas urbanas e rurais (Tabela 3). Neste caso, também é preciso considerar simultaneamente proporções e quantidades absolutas, pois se o índice de fome é mais alto no campo, a quantidade de pessoas em situação de fome é muito maior nas cidades.

Tabela 3. Pessoas em situação de risco de fome e fome em áreas urbanas e rurais – Brasil (2023)

	Risco de fome (insegurança alimentar leve)		Fome (insegurança alimentar moderada e grave)	
	milhões	%	milhões	%
Áreas urbanas	37,0	19,6%	16,8	8,9%
Áreas rurais	6,6	24,0%	3,8	13,7%
Brasil	43,6	20,2%	20,6	9,5%

Fonte: IBGE (2024). Elaborado pelo autor.

Em 2023, das 20,6 milhões de pessoas que estavam em situação de fome, 81,7% (16,8 milhões) encontravam-se em áreas urbanas. Esses dados, contradizem, as representações que insistem em atrelar a existência desse fenômeno às áreas tidas como “atrasadas”, localizadas

nas áreas rurais das regiões Norte e Nordeste (em especial no semiárido nordestino). Essas representações servem não apenas como forma de estigmatização desses lugares, ajudando assim a justificar o processo de modernização que avança sobre elas, como também ocultam a reprodução da miséria e da fome nas cidades e metrópoles de todo o país.

É preciso reconhecer que o processo de urbanização brasileiro (e mundial) foi acompanhado pela urbanização da fome. Tal processo, é uma das expressões mais evidentes do desenvolvimento geográfico desigual, que reproduz em diferentes escalas as relações sociais responsáveis pela extensa e intensa privação de alimentos a qual os trabalhadores estão submetidos.

4. A REPRODUÇÃO DA FOME

A fome faz parte da realidade brasileira desde o início do processo de colonização (CASTRO, 2008). No entanto, em cada período histórico e recorte espacial sua existência foi determinada por relações econômicas, políticas e sociais determinadas. A urbanização do território brasileiro durante o século XX foi acompanhada, como os dados acima indicam, de um processo de urbanização da fome, o que sugere a necessidade de uma interpretação da reprodução da fome à luz dos processos de acumulação urbanos, industriais e financeiros.

Um dos fundamentos do processo de urbanização capitalista está na separação dos trabalhadores dos meios de produção e subsistência, em especial da propriedade privada da terra. Na cidade, a maior parte dos trabalhadores acessam com muita dificuldade um espaço para morar, sendo indispensável que busquem para além desse lugar uma forma de se reproduzirem socialmente. No caso da alimentação, estão impossibilitados de produzirem seus próprios alimentos, sendo obrigados a adquiri-los por meio da compra.

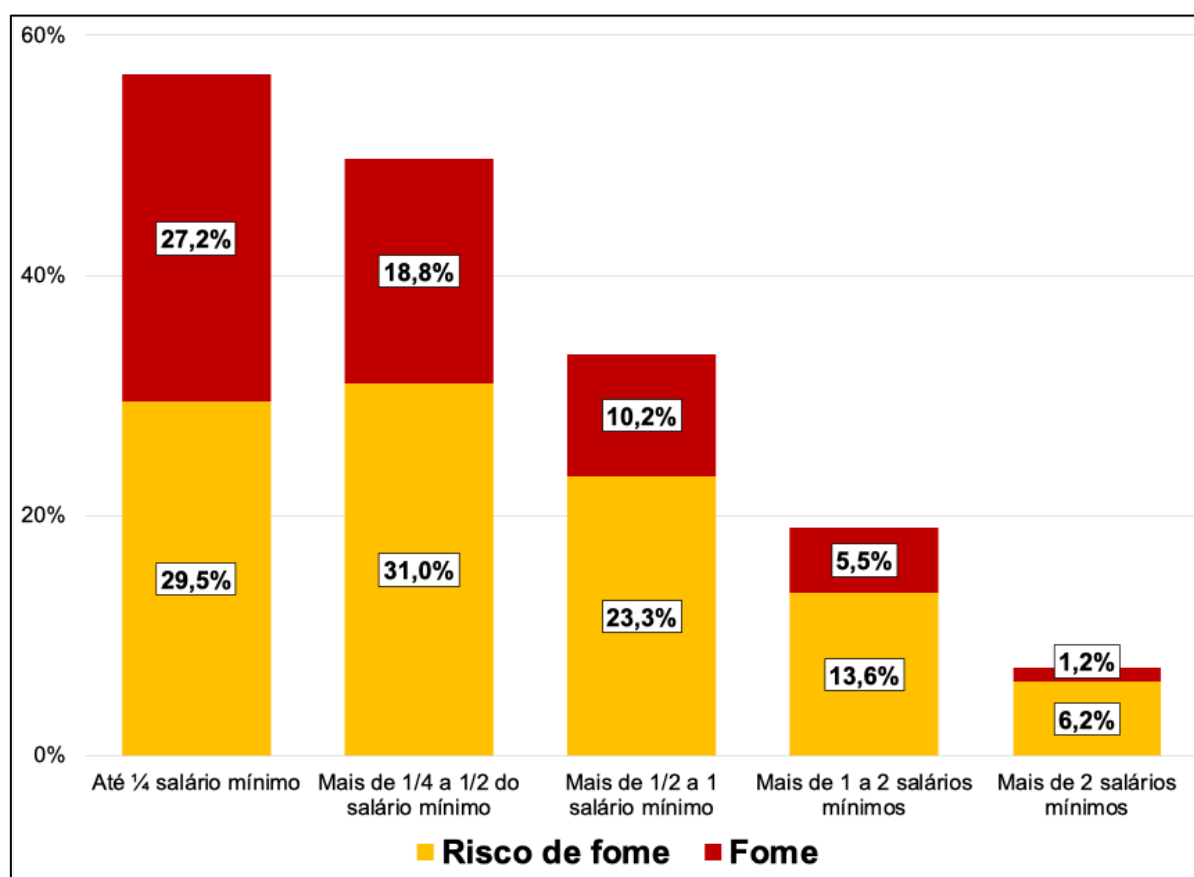
Os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) explicitam essa realidade. Em 2008-2009, nos domicílios situados em áreas urbanas, apenas dois grupos de alimentos apresentavam uma participação das despesas não monetárias⁴ que ultrapassava 5% do total das

⁴ As despesas não monetárias são classificadas pelo IBGE como “aquelas efetuadas sem pagamento monetário, ou seja, aquisição obtida através de doação, retirada do negócio, troca, produção própria, pescado, caçado e coletado” (IBGE, 2010a, p. 18). Já as despesas monetárias são aquelas “efetuadas através de pagamento, realizado à vista ou a prazo, em dinheiro, cheque ou com utilização de cartão de crédito” (IBGE, 2010, p. 18).

despesas. Com exceção de “cocos, castanhas e nozes” e “pescados”⁵, todos os demais grupos de alimentos, tais como “cereais e leguminosas”, “hortaliças”, “frutas”, “panificados”, “carnes” e “laticínios” a participação da aquisição monetária é superior a 95% do total (IBGE, 2010).

Uma vez que são adquiridos quase exclusivamente por meio do consumo monetário, é inevitável que se estabeleça uma relação direta entre o rendimento domiciliar e a quantidade e variedade de alimentos adquiridos pelas famílias. Consequentemente, a fome e o risco de fome estão diretamente relacionados ao rendimento domiciliar *per capita* (Gráfico 2).

Gráfico 2. Domicílios (%) em situação de fome e risco de fome segundo faixas de renda familiar *per capita* em múltiplos de salário-mínimo (SM) – Brasil (2023).



Fonte: IBGE (2024). Elaboração do autor.

Os dados disponibilizados pelo IBGE evidenciam que o salário-mínimo continua sendo insuficiente para a reprodução social das famílias trabalhadoras. Mesmo entre os

⁵ Essa exceção se explica pelos altos índices de aquisição não-monetária desses alimentos nas cidades da Amazônia brasileira.

domicílios em que os rendimentos estão acima de 1 salário-mínimo até 2 salários-mínimos *per capita* apresentavam significativos índices de fome (5,5%) e de risco de fome (13,6%). Cabe destacar que de acordo com a Constituição Federal de 1988, o salário-mínimo deveria cobrir todas as necessidades do trabalhador e de sua família. Isso claramente não acontece, uma vez que em domicílios com rendimentos inferiores a 1 salário-mínimo *per capita* os índices de fome são ainda mais altos.

É preciso reconhecer também a grande diversidade interna que o conceito de trabalhador carrega. Diferentes profissões e ocupações apresentam remunerações muito desiguais e é notória a existência de condições desiguais de inserção no mercado de trabalho por conta de questões raciais e de gênero.

Dados relativos à ocupação da pessoa de referência dos domicílios, explicitam as desigualdades internas à reprodução dos trabalhadores. Domicílios que tinham como pessoa de referência trabalhadoras ou trabalhadores domésticos, apresentavam os mais altos índices de fome e risco de fome, seguidos por aqueles que eram chefiados por empregadas ou empregados no setor privado sem carteira assinada. Nos dois casos, os índices de fome e risco de fome eram superiores à média nacional. Já aqueles que estavam formalmente empregados, no setor público ou privado, apresentavam índices inferiores (tabela 4).

Tabela 4. Domicílios em situação de risco de fome e fome de acordo com a ocupação da pessoa de referência – Brasil (2023)

	Risco de fome (insegurança alimentar leve)		Fome (insegurança alimentar moderada e grave)	
	mil	%	mil	%
Trabalhador doméstico	927	27,0%	525	15,3%
Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada	1.198	22,9%	585	11,2%
Conta própria	2.520	18,4%	1.167	8,5%
Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada	2.373	14,8%	735	4,6%
Empregado no setor público, inclusive servidor estatutário e militar	784	12,7%	203	3,3%
Empregador	154	6,4%	31	1,3%

Fonte: IBGE (2024).

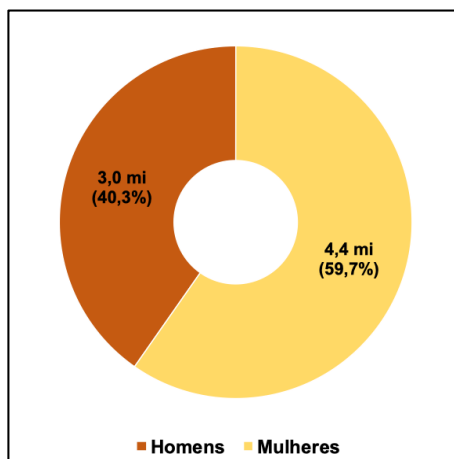
Como esperado, a fome e o risco de fome são muito mais intensos entre aqueles que trabalham informalmente, ou seja, à margem dos direitos trabalhistas. Os dados acima permitem entrever, inclusive, como os recentes ataques aos direitos trabalhistas e previdenciários contribuem com o agravamento da situação alimentar dos brasileiros, pois são justamente aqueles que contavam com esses direitos que apresentavam menores índices de fome e risco de fome.

Conforme indicado acima, por conta das condições desiguais de inserção no mercado de trabalho por questões raciais e de gênero. Por isso, domicílios que têm como pessoa de referência mulheres e as pessoas negras (pretas e pardas) apresentam índices de fome e risco de fome maiores.

Considerando-se o gênero, nota-se que a fome e o risco de fome são mais intensos quando o domicílio tem como pessoa de referência uma mulher (10,9% e 20,8%) do que quando a pessoa de referência é um homem (7,8% e 15,4%). Por essa razão, dos aproximadamente 7,4

milhões de domicílios em situação de fome no país, 4,4 milhões tinham como pessoa de referência uma mulher.

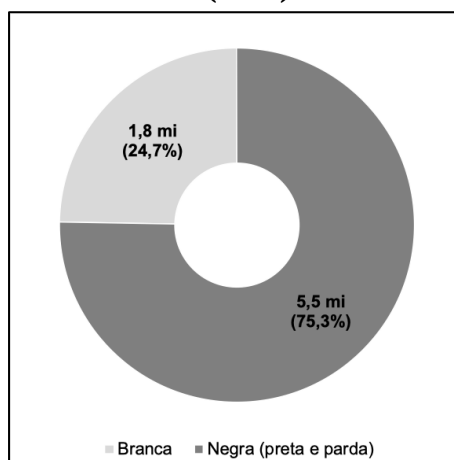
Gráfico 4 – Domicílios em situação de fome segundo o gênero da pessoa de referência do domicílio – Brasil (2023)



Fonte: IBGE (2024). Elaborador pelo autor.

Do ponto de vista racial, a fome e o risco de fome são mais intensos quando o domicílio tem como pessoa de referência uma pessoa negra (12,3% e 21,6%) do que quando a pessoa de referência é branca (5,5% e 13,6%). Por conta disso, aproximadamente três em cada quatro domicílios em situação de fome no Brasil eram chefiados por pessoas negras (gráfico 5).

Gráfico 5 – Domicílios em situação de fome segundo a raça/cor da pele autorreferida da pessoa de referência do domicílio – Brasil (2023)



Fonte: IBGE (2024). Elaborador pelo autor.

Fica evidente, portanto, que a reprodução da fome é atravessada por questões de classe, gênero e raça. As desigualdades internas à classe trabalhadora se manifestam, entre outras coisas, como a submissão desproporcional de pessoas negras e mulheres à privação de alimentos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1866, como parte de suas atividades no âmbito da Primeira Internacional, Marx redigiu as *Instruções para os delegados do Conselho Geral Provisório*. Entre essas instruções ele incluiu a necessidade de uma combinação internacional de esforços para “uma investigação estatística da situação das classes trabalhadoras de todos os países, investigação essa que deve ser realizada pelas próprias classes trabalhadoras.” (Marx, 2014, p. 115). Para ele, esta investigação deveria incluir estatísticas relativas às condições de trabalho (horas trabalhadas, tipos de oficinas e trabalhos, natureza da ocupação, efeitos do emprego sobre as condições físicas e morais, etc.), aos salários e remunerações, e às “condições de nutrição e habitação do trabalhador”.

Sabemos que sem as estatísticas produzidas pelas próprias classes trabalhadoras, Marx fez largo uso das estatísticas e relatórios oficiais, sempre procurando desvendar o que as cifras oficiais revelam sobre a situação de vida dos trabalhadores. Orientado por essa perspectiva, procuramos interpretar aqui o fenômeno da fome de uma perspectiva materialista. Indicamos que a evolução fome remete simultaneamente a relações e processos conjunturais e estruturais. Em seguida, caracterizamos a complexa espacialização desse fenômeno em território nacional, enfatizando que no Brasil contemporâneo 8 em cada 10 pessoas submetidas à privação de alimentos vive em áreas urbanas. Por fim, demonstramos com a ajuda de algumas estatísticas, como as situações de fome e risco de fome estão diretamente relacionadas à inserção desigual dos trabalhadores no mercado de trabalho.

O argumento de fundo é o de que as relações sociais capitalistas inevitavelmente produzem a fome, pois têm como fundamento os processos de expropriação e exploração. A produção incessante de uma superpopulação relativa, ou seja, de uma população que é excedente do ponto de vista do capital e que, portanto, está impedida de empregar sua força de

trabalho, equivale à produção da fome. Ao mesmo tempo, a fome e o risco de fome continuam atuando como uma poderosa coerção ao trabalho, mesmo quando este mal garante a sobrevivência dos trabalhadores e de sua família. Deste modo, a fome e o risco de fome são ao mesmo tempo produto e alicerce da reprodução social capitalista.

Nos anos 1980, Amrita Rangasami se contrapôs à interpretação das crises de fome de Amartya Sen, por entender que elas não podem ser compreendidas levando em consideração somente aqueles que sofrem com a restrição alimentar, sendo indispensável considerar simultaneamente quem se beneficia nesses momentos de crise. A partir da consideração de diferentes crises de fome, a autora indiana explicita como nesses momentos os trabalhadores estão ainda mais vulneráveis à expropriação e à exploração. Sob a pressão crescente da fome os trabalhadores se desfazem de seus bens ou aceitam condições de trabalho cada vez mais precárias, por vezes análogas à escravidão. Neste sentido, as crises de fome também representam novas e ampliadas oportunidades para a acumulação (Rangasami, 1985). Com a ajuda de Rangasami podemos complexificar ainda mais a compreensão da fome, pois se é verdade que ela é produto das relações sociais capitalistas, simultaneamente ela também reproduz essas relações.

Assim como ocorreu em outros momentos históricos, a recente crise de fome verificada em escala nacional e internacional não se explica pela escassez de alimentos, ou exclusivamente pela pandemia, mas pela desvalorização da força de trabalho, que se traduz na vida da população como diminuição da remuneração, maior informalidade no mercado de trabalho e aumento do subemprego e do desemprego. Como os dados indicam, a redução do orçamento individual ou familiar, implica em restrições qualitativas e quantitativas na aquisição de alimentos que, principalmente nos domicílios mais empobrecidos, já era insuficiente. Assim, não surpreende que enquanto é noticiado o aumento no número de bilionários e o crescimento de suas fortunas em todo o mundo, a quantidade de pessoas que sofrem com o risco de fome e com a fome (em todos os graus de severidade) também aumente.

5. REFERÊNCIAS

CASTRO, Josué de. Geografia da fome. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.18

DAMIANI, Amélia Luisa. Espaço e Geografia: observações de método - Elementos da obra de Henri Lefebvre e a Geografia - Ensaio sobre a Geografia Urbana a partir da Metrópole de São Paulo. 2008. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FAO. The State of Food Security and Nutrition in the World 2024. Rome: FAO, 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009. Aquisição alimentar domiciliar per capita. Brasil e Grandes Regiões. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Segurança alimentar, 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

MARX, Karl. Investigação sobre a situação das classes trabalhadoras. In: Musto, Marcello (org.) Trabalhadores, uni-vos! Antologia política da I Internacional. São Paulo: Boitempo, 2014.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (PENSSAN). II VIGISAN. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. São Paulo: Rede PENSSAN, 2022.

RIBEIRO JUNIOR, José Raimundo Sousa. A fome como processo e a reprodução social capitalista. Boletim Paulista de Geografia, [S. l.], v. 1, n. 105, 2021, p. 15–39.

RIBEIRO JUNIOR, José Raimundo Sousa; SAMPAIO, Mateus de Almeida Prado; BANDONI, Daniel Henrique; CARLI, Luiza Lima Silva De. Atlas das situações alimentares no Brasil: a disponibilidade domiciliar de alimentos e a fome no Brasil contemporâneo. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2021.

RANGASAMI, Amrita. Women's roles and strategies during food crisis and famines. ORSTOM-CIE, 108-118, 1985.